

Decisão inadiável

O rumo surpreendente adquirido pelo tratamento dado pelo Brasil à questão da dívida externa exige de todos os segmentos sociais uma tomada de consciência relacionada com a grave crise que o País atravessa. Não se trata de um posicionamento inconseqüente, fruto de temperamentos exaltados ou de atitude de efeito, para simples exteriorizações. Muito ao contrário, a reação é uma postura de Estado e leva na sua envergadura o peso de nossa soberania e o empenho da nacionalidade, desde que existe um aval do Tesouro Nacional garantindo compromissos, formalizados em atos jurídicos, perfeitos e acabados, perante tribunais americanos. A decisão traz em si riscos que podem adquirir desdobramentos imprevisíveis, considerando-se sobretudo a unilateralidade do nosso procedimento, num questionamento de incontestável bilateralidade nas suas causas e efeitos.

A opção do governo do presidente Sarney está cercada de um processo de amadurecimento, onde os meandros do direito público internacional devem ter sido medidos e avaliados com as cautelas devidas que aconselharam a sua prática. Para o ministro Dilson Funaro, a suspensão do pagamento dos juros é uma hipótese a emergir das negociações que se reiniciarão brevemente. A jurisprudência dos tribunais de Nova Iorque admite o hiato de três meses na purgação dos juros como medida preventiva para evitar a mora. Esta circunstância abre a perspectiva de uma possível contestação, com todos os corolários

desconfortáveis de uma batalha judiciária, onde uma das partes seria a República Federativa do Brasil.

A Nação, por isso mesmo, não pode entregar-se a festividades inconseqüentes e nem a um júbilo descabido, sob pena de apresentar-se perante o mundo como pátria de um povo alienado. O importante é ter a sociedade compreensão da extrema delicadeza da alternativa adotada e posicionar-se solidariamente com o Presidente da República, numa resposta de povo, sem reservas, de pleno apoio nacional.

Já não era sem tempo uma tomada de decisão que colocasse de forma incontestável as exigências brasileiras nos entendimentos e nos respectivos ajustes para rolar a dívida. A estratégia não está montada num jogo de dúvidas, mas sim num contencioso de inteligência, de cujos valores poderemos ganhar um tempo precioso ao mesmo tempo em que auferiremos lucros financeiros. Se a suspensão durar, efetivamente, três meses, poderemos ganhar cerca de US\$ 2,5 bilhões, respaldados juridicamente e acobertados em termos éticos. Desde que decidida a suspensão, os bancos privados seriam convidados a negociar com o Brasil. No trimestre a vencer, as nossas autoridades depositariam no Banco Central do Brasil o equivalente em cruzados ao pagamento devido e que posteriormente seria convertido em moeda forte para o acerto de contas, dentro do que ficar acordado.

E de coragem e de ousadia a posição da Nova República. Coragem de força interior e ousadia consciente. A suspensão, sendo

temporária, tem a faculdade de acelerar a negociação. A moratória, muito pelo contrário, romperia os canais de entendimento direto, transferindo para o âmbito da Justiça os caminhos a serem percorridos.

A experiência adquirida nas relações com o Clube de Paris no ano passado serviu de roteiro para as próximas negociações com os bancos privados. Tendo resistido em negociar com o Brasil sem a assistência do FMI, os associados do Clube foram surpreendidos com uma atitude unilateral do Governo brasileiro. Fixamos à época um limite para cobrir o vencido e depositamos as quantias correspondentes nas contas dos países beneficiários. Apesar das reações e dos protestos, os saques se realizaram e já na segunda rodada, realizada em janeiro último, os acertos se processaram, sem a assistência do FMI. Fizemos escola.

Até aqui não se tem notícia de qualquer atitude hostil abrindo um confronto entre o Tesouro Nacional e os nossos credores. Com a mesma firmeza e garantidos por uma total independência repetiremos com os bancos o que fizemos com os países desenvolvidos do Clube de Paris.

Existem fundadas razões que garantem o êxito para essa empreitada brasileira, através da qual, de forma autônoma e sem qualquer monitoramento, atravessaremos o túnel do endividamento externo, nesse seu segmento de agora, sem a quebra das regras estabelecidas e consagradas no mercado financeiro. Também com o resguardo da honra — e porque negar — sem prejuízo de uma boa dose de blandícia.